

CORREIO CARIOCA

POR MARCELO PERILLIER



Beth Santos/Prefeitura do Rio

'Amarelinhos' foram combustível para o crescimento

Sistema BRT registra com aumento de passageiros

O BRT Transcarioca celebra um ano de sua requalificação total com o expressivo aumento 67% no número de passageiros transportados. Além dessa marca, com a nova frota de ônibus amarelinhos, a média de redução dos intervalos nos horários de pico foi de cerca de 50%. “A Transcarioca é um corredor muito importante, que leva muitos trabalhadores por dia e que corta um trecho muito grande da nossa cidade. Foi o segundo corredor a receber uma frota inteiramente nova. Agora os cariocas estão voltando a usar o sistema e indicar para amigos. Isso mostra que o projeto implantado pela Prefeitura teve pleno êxito e os cariocas agora têm novamente um transporte digno”, disse a diretora-presidente da MOBI-Rio, Claudia Secin.

Responsável por administrar todo o BRT, a MOBI-RIO verificou que o transporte de passageiros saltou de 1.663.392 em fevereiro de 2023 para 2.778.454 em fevereiro deste ano, o que totalizou um aumento de 67%. Somente em dias úteis, a demanda de passageiros registrou um acréscimo de 58%. Inaugurada em 2014, a Transcarioca tem 45 estações, que foram totalmente reformadas pela Prefeitura do Rio, e dois terminais. O corredor já está conectando com o Terminal Gentileza, por meio do serviço 80 (Penha x Gentileza), parando nas seguintes estações: Penha 2, Ibiapina, Olaria, Cardoso de Moraes e Santa Luzia, seguindo pela Transbrasil até o Gentileza.



Prefeitura do Rio

Agentes auturam três estabelecimentos

Procon Carioca vistoria postos de combustível e GNV

A equipe do Procon Carioca esteve com os agentes de fiscalização em postos de combustíveis, para verificar o cumprimento da Lei Municipal nº 7.024/2021, que trata sobre a obrigatoriedade de os veículos apresentarem o selo garantidor de uso de GNV no momento do abastecimento e da fixação em área visível, por parte dos postos,

de um informativo para o consumidor, e encontrou irregularidades em três estabelecimentos. As unidades vistoriadas e notificadas foram o Posto BR Imperial, localizado próximo à estação de São Cristóvão; o Posto Mega Equador, que fica perto da Rodoviária Novo Rio, e Posto São Pedro, na Rua Haddock Lobo, esquina com a Paulo de Frontin.

Verificação das normas

Além da verificação da lei municipal, os técnicos fizeram também o Teste de Aferição de Combustível nas bombas de combustíveis líquidos, onde um funcionário do posto abastece 20 litros de combustível num recipiente registrado pelo Inmetro, para apurar a quantidade de combustível que está sendo fornecida ao con-

sumidor. É considerada aceitável uma margem de erro de 100 ml para mais ou para menos. Qualquer resultado diferente pode determinar a desativação da bomba e resultar em notificação para o posto de combustível. Além disso, checaram a documentação dos postos. Nesses quesitos, todos os postos estavam regulares.

Comlurb retira algas da praia de Copa

A Comlurb iniciou, na segunda (4), a remoção de algas marinhas no Posto 6, em Copacabana. A operação teve início com 16 garis, um trator de praia e um caminhão compactador. O serviço seguiu na terça (5), com 20 garis, que estão

trabalhando com apoio de uma pá mecânica, um trator de praia e um caminhão basculante. Até o momento, foram removidas oito toneladas de algas marinhas e o serviço prosseguirá até que todo o material seja retirado das areias.

RIO DE JANEIRO

MP Eleitoral quer combater violência de gênero e assédio

Órgão firma parceria com tribunais regionais do Rio e OAB-RJ

Antonio Augusto/Ascom/TSE

Diante da proximidade das eleições, o Ministério Público Eleitoral e instituições do sistema de Justiça do Rio de Janeiro vão atuar de forma conjunta para prevenir e combater práticas de violência política de gênero e de assédio moral no ambiente de trabalho relacionado à disputa municipal. A parceria foi firmada na última semana entre a Procuradoria Regional Eleitoral no Rio de Janeiro, os Tribunais Regionais Eleitoral e do Trabalho da 1ª Região (TRT-1) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ).

O termo de cooperação prevê o desenvolvimento de um plano de ação para coibir condutas discriminatórias e violentas contra candidatas e detentoras de mandato eletivo, de forma a garantir um ambiente eleitoral justo e seguro, além de fomentar maior participação de mulheres no ambiente político. Pelo acordo, as instituições também vão atuar em conjunto para prevenir e reprimir atos abusivos praticados por empregadores que atentem contra a dignidade e a liberdade de voto e manifestação política dos trabalhadores.

Entre as ações, o documento estabelece a realização de campanhas de conscientização sobre o tema, a organização de fóruns de discussão voltados para o público interno e externo, a capacitação de membros e servidores, assim como a troca de informações permanente. Para isso, os órgãos signatários terão que estabelecer planos de trabalho com diretrizes detalhadas, compreendendo abordagens, estratégias e responsabilidades. As instituições também se



Atuação prevê fiscalização para coibir ações às trabalhadoras nas eleições

comprometem a encaminhar as denúncias de irregularidades aos órgãos competentes para atuar. No caso da violência política de gênero, o Ministério Público é órgão responsável por apurar e denunciar os agressores à Justiça. A prática passou a ser tipificada como crime a partir da edição da Lei 14.192/2021, que alterou artigos do Código Eleitoral (Lei 473/1965), da Lei dos Partidos Políticos (9.096/1995) e da Lei das Eleições (9.504/1997). Desde então, o Grupo de Trabalho criado no MP Eleitoral sobre o tema monitora o andamento de 197 casos em todo o país, no intuito de apurar possíveis crimes de violência contra mulheres com atuação política e buscar a responsabilização dos agressores.

Garantia de direitos

O termo de cooperação destaca que os direitos à participação na vida pública do país, ao voto direto e secreto, e à liberdade de convicção política são fundamentais e devem ser exercidos sem qualquer forma de discriminação. Acordos internacionais que coíbem tanto a discriminação de gênero quanto a violência e o assédio no ambiente laboral também foram citados no documento. Entre eles, a Convenção nº 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 5 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas.

Violência política de gênero

Em agosto de 2021 entrou em vigor no Brasil a lei que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Ela inseriu o artigo 326-B no Código Eleitoral para considerar crime, com pena de 1 a 4 anos de prisão e multa, condutas de assédio, constrangimento, humilhação, perseguição ou ameaça, por qualquer meio, praticadas contra mulheres com a finalidade de impedir ou dificultar a sua campanha eleitoral ou seu mandato eletivo. Isso inclui qualquer ação que discrimine ou menospreze a condição de mulher, sua cor, raça ou etnia.

Licitação do Maraca em curso

Secretaria de Estado da Casa Civil inicia segunda fase da concessão



Luciano Belford

O Governo do Rio realizou, nesta terça (5), a segunda etapa do processo de concessão do Complexo Maracanã, com a abertura das propostas técnicas dos três interessados: Consórcio Maracanã para Todos, formado pelo clube Vasco da Gama e pela W'Torre Entretenimento e Participações Ltda; Consórcio Fla/Flu, compostos pelos clubes Flamengo e Fluminense; e a empresa RNGD Consultoria de Negócios Ltda. O contrato será de 20 anos e o edital prevê que, até o fim da concessão, o vencedor faça investimentos de cerca de R\$ 186 milhões.

“Estamos nos aproximando da fase final do processo de concessão, assegurando transparência e equidade para todos os envolvidos. O consórcio vencedor vai assumir a importante responsabilidade de gerir este complexo esportivo, mantendo-o entre os maiores estádios do mundo”, afirmou o governador Cláudio Castro.

Todos os documentos da segunda etapa serão digitalizados e ficarão disponíveis publica-

Três consórcios brigam para gerenciar o estádio

mente. A comissão técnica da Secretaria de Estado da Casa Civil avaliará cada proposta e publicará o resultado no Diário Oficial. Em seguida, será aberto o prazo para recursos.

“O edital garante um processo transparente que prevê que o Maracanã tenha a melhor gestão e se mantenha como um importante ícone do esporte e do turismo do

país. Nossa equipe técnica trabalha para garantir o sucesso de todas as fases dessa concessão”, disse o secretário Nicola Miccione.

Com a conclusão da segunda etapa, será publicada a data de realização da terceira e última fase: avaliação das propostas financeiras. A classificação final deverá ser anunciada em meados de 2024.

Polícia prende suspeito de assassinar advogado

nada pelo plantão do Tribunal de Justiça.

Duas pessoas estão sendo procuradas desde segunda (4): o policial militar Leandro Machado da Silva, lotado no 15º Batalhão de Polícia Militar, em Duque de Caxias, e Eduardo Sobreira Moraes.

Cezar Daniel era funcionário nomeado da Alerj desde 2019. Ele deixou o cargo no começo deste mês e seria substituído por Eduardo.

De acordo com a Polícia Civil, Cezar e Eduardo foram responsáveis pela vigilância e monitoramento do advogado nos dias que antecederam e

no momento do assassinato.

A Polícia Civil segue na apuração para identificar demais envolvidos e a motivação do crime. Informação sobre os responsáveis pela morte podem ser fornecidas ao Disque Denúncia (21 2253-1177). A ligação é anônima.